



CADERNO DE QUESTÕES

ARQUITETO

NÍVEL SUPERIOR/ MANHÃ

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

1. Este Caderno de Questões contém **60 (sessenta)** questões objetivas de múltipla escolha.
2. Ao ser autorizado o início da prova, verifique no Caderno de Questões, se a numeração das questões e a paginação estão corretas e se não há falhas, manchas ou distorções textuais ou em imagens. Se algum desses problemas for detectado, solicite ao fiscal outro caderno completo. **Não serão aceitas reclamações posteriores.**
3. A prova terá a duração de **3 h (três horas)**, incluindo o tempo de preenchimento da Folha de Respostas.
4. Iniciada a prova, nenhum candidato poderá retirar-se da sala antes de decorridas **1h (uma hora)** de prova, devendo, ao sair, entregar ao fiscal de sala, obrigatoriamente, o Caderno de Questões e a Folha de Respostas.
5. A Folha de Respostas da prova será o único documento válido para correção.
6. O candidato somente poderá levar o Caderno de Questões quando faltarem **60 (sessenta)** minutos para o término do horário estabelecido para o fim da prova.
7. Não serão permitidas consultas a quaisquer materiais, uso de telefone celular ou outros aparelhos eletrônicos.
8. Caso seja necessária a utilização do sanitário, o candidato deverá solicitar permissão ao fiscal de sala, que designará um fiscal volante para acompanhá-lo no deslocamento, devendo manter-se em silêncio durante o percurso, podendo, antes da entrada no sanitário e, depois da utilização deste, ser submetido a revista com detector de metais. Na situação descrita, se for detectado que o candidato está portando qualquer tipo de equipamento eletrônico, será eliminado automaticamente do concurso.
9. O candidato, ao terminar a prova, deverá retirar-se imediatamente do estabelecimento de ensino, não podendo permanecer nas dependências deste, bem como não poderá utilizar os sanitários.
10. Os dois últimos candidatos sairão juntos.

ATENÇÃO!

A transcrição da frase mestra é obrigatória, e servirá para identificar o cartão resposta do candidato, bem como possibilitar o Exame Pericial Grafotécnico, quando for o caso. A falta da transcrição poderá ocasionar a eliminação do candidato.

A Folha de Respostas não deve ser dobrada, amassada ou rasurada!

O Caderno de Questões e Gabarito Preliminar da Prova Objetiva serão divulgados no endereço <www.paconcursos.com.br>

DESTAQUE AQUI

01		13		25		37		49	
02		14		26		38		50	
03		15		27		39		51	
04		16		28		40		52	
05		17		29		41		53	
06		18		30		42		54	
07		19		31		43		55	
08		20		32		44		56	
09		21		33		45		57	
10		22		34		46		58	
11		23		35		47		59	
12		24		36		48		60	

LINGUA PORTUGUESA

QUESTÃO 01

Considere o aviso a seguir, afixado em um refeitório institucional:



Disponível em:

<http://trabalhodeportinstrumentaljossetarci.blogspot.com/2017/04/ambiguidade-sintatica-e-semantica.html>. Acesso em 15 fev. 2026.

A frase apresenta um problema de construção que gera ambiguidade. Assinale a alternativa que identifica **CORRETAMENTE** a causa dessa ambiguidade e a reescreve de forma a eliminá-la, mantendo o sentido pretendido pela direção do estabelecimento.

(A) A ambiguidade é lexical, pois a palavra "prato" pode significar tanto o utensílio quanto a refeição. Reescreve-se corretamente como: "Atenção! Não é permitido duas pessoas comerem o mesmo prato."

(B) A ambiguidade é estrutural (ou sintática), pois a expressão "duas pessoas" pode ser interpretada como sujeito ou como objeto direto do verbo "comer". Reescreve-se corretamente como: "Atenção! Não é permitido que duas pessoas comam no mesmo prato."

(C) A ambiguidade é polissêmica, pois o verbo "comer" possui mais de um significado. Reescreve-se corretamente como: "Atenção! Não é permitido alimentar-se de duas pessoas utilizando o mesmo prato."

(D) A ambiguidade é referencial, pois não fica claro a quem "a direção" se refere. Reescreve-se corretamente como: "Atenção, direção! Não é permitido comer duas pessoas no mesmo prato."

(E) A frase não apresenta ambiguidade, apenas uma inadequação de pontuação. A forma correta seria: "Atenção! Não é permitido comer, duas pessoas, no mesmo prato."

QUESTÃO 02

Leia o texto abaixo para responder:

"O economista Pedro Gomes defende a semana de quatro dias de trabalho não para tornar as pessoas mais felizes, mas sim porque acredita que, assim, será possível salvar o capitalismo.

Autor do livro *Sexta-feira é o novo sábado* (2021), o professor de economia da Universidade de Londres em *Birkbeck* afirma que o mundo passou por transformações profundas ao longo das últimas décadas, mas o trabalho não acompanhou essas mudanças.

O resultado são funcionários estafados e famílias exaustas — isso pensando na realidade de países em que prevalece a escala 5x1.

Enquanto o Brasil vê ganhar fôlego a campanha para acabar com a semana de seis dias de trabalho com um dia de folga, Gomes aplaude a iniciativa, considerando o modelo algo remanescente do século 19.

Mas frisa a necessidade de que as mudanças sejam graduais e bem planejadas, com diferentes soluções sendo encontradas para diversos setores."

Sobre o texto, analise as afirmativas:

I. A tese central defendida por Pedro Gomes é que a redução da jornada de trabalho para quatro dias semanais deve ser implementada prioritariamente para melhorar a saúde mental e o bem-estar dos trabalhadores.

II. Depreende-se do texto que, para o autor, o modelo de trabalho vigente (escala 5x1) não acompanhou as transformações sociais e econômicas das últimas décadas, gerando desgaste para os trabalhadores.

III. O público-alvo prioritário do texto são especialistas em economia e mercado de trabalho, uma vez que a argumentação se restringe a dados técnicos e estatísticos sobre produtividade.

IV. O texto estabelece uma comparação implícita entre a realidade brasileira (debate sobre o fim da escala 6x1) e a proposta mais ampla de Gomes (semana de quatro dias), situando-as em um mesmo espectro de discussão sobre flexibilização da jornada.

Está **CORRETO** o que se afirma apenas em:

(A) I e II.

(B) II e IV.

(C) III e IV.

(D) I e III.

(E) II, III e IV.

QUESTÃO 03

Considerando as características dos gêneros textuais no contexto da comunicação oficial e pública, relacione a coluna A (intencionalidade discursiva predominante) à coluna B (gênero):

Coluna A

1. Expor, de forma detalhada e impessoal, fatos e conclusões de uma investigação, visando à objetividade e à comprovação de hipóteses.
2. Interpretar um fato cotidiano sob uma ótica subjetiva e muitas vezes poética, estabelecendo uma cumplicidade com o leitor por meio da reflexão sobre o ordinário.
3. Apresentar a posição institucional do veículo sobre um tema de relevância pública, buscando influenciar a opinião pública e os agentes políticos por meio da argumentação.

Coluna B

- () Editorial de um grande jornal.
- () Relatório técnico de comissão parlamentar de inquérito.
- () Crônica publicada em revista semanal.

A sequência **CORRETA**, de cima para baixo, é:

- (A) 3, 1, 2.
- (B) 2, 3, 1.
- (C) 1, 2, 3.
- (D) 2, 1, 3.
- (E) 3, 2, 1.

QUESTÃO 04

De acordo com o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, a frase inteiramente **CORRETA** quanto à grafia, acentuação e emprego de maiúsculas/siglas é:

- (A) A ONG apresentou um relatório sobre o microônibus elétrico, cujo protótipo, em fase de auto-aprendizagem, opera com uma tecnologia que não emite poluentes.
- (B) O requerimento foi encaminhado ao IPHAN solicitando autorização para a reforma do imóvel, uma vez que o novo projeto prevê a instalação de uma anti-sala e de um mini-auditório.
- (C) O parecer técnico da CPRM indicou que o aquífero está com nível preocupante, o que, por si só, já justificaria a decretação de estado de emergência hídrica pelo prefeito.

- (D) A cooperativa de catadores de material reciclável, que firmou convênio com a COMLURB, foi a única a receber o prêmio de destaque em sustentabilidade, recebendo um troféu e um pingente de ouro.
- (E) A Assembléia Legislativa aprovou, em turno único, o projeto que cria a Área de Proteção Ambiental, visando coibir o desmatamento e incentivar a criação de abelhas nativas sem ferrão.

QUESTÃO 05

No período “O Ministério Público – **órgão permanentemente essencial à função jurisdicional do Estado** – promoveu, **na última semana**, uma audiência pública; contudo, a participação popular, **embora esperada**, ficou aquém do desejado.”, o emprego dos sinais de pontuação produz, respectivamente, os seguintes efeitos de sentido ou funções:

- (A) O travessão isola um aposto explicativo com valor adverbial; vírgulas em “na última semana” destacam um adjunto adverbial deslocado; o ponto e vírgula separa orações coordenadas sindéticas adversativas; vírgulas em “embora esperada” isolam uma conjunção concessiva.
- (B) O travessão isola um vocativo com valor substantivo; vírgulas em “na última semana” separam elementos de mesma função sintática; o ponto e vírgula introduz uma oração subordinada adverbial consecutiva; vírgulas em “embora esperada” marcam a elipse do verbo.
- (C) O travessão isola um adjunto adverbial intercalado com valor explicativo; vírgulas em “na última hora” marcam a ênclise obrigatória; o ponto e vírgula separa orações subordinadas substantivas; vírgulas em “embora esperada” indicam a supressão de um termo.
- (D) O travessão isola um termo de natureza apositiva com valor explicativo; vírgulas em “na última hora” destacam uma expressão circunstancial deslocada; o ponto e vírgula separa orações coordenadas assindéticas; vírgulas em “embora esperada” isolam uma oração subordinada adverbial concessiva intercalada.
- (E) O travessão isola um termo acessório com valor restritivo; vírgulas em “na última hora” marcam a próclise em locução verbal; o ponto e vírgula separa orações coordenadas conclusivas; vírgulas em “embora esperada” isolam uma oração subordinada adjetiva explicativa.

QUESTÃO 06

Analise as ocorrências da partícula “se” nas seguintes orações:

- I. “Não se trata de uma ação de indenização por danos materiais, mas de obrigação de fazer.”
- II. “Os documentos extraviaram-se durante a tramitação do processo na secretaria.”
- III. “Precisa-se de intérpretes para a audiência com a comunidade indígena.”
- IV. “O réu feriu-se com a própria arma durante a discussão, segundo a perícia.”

As funções da partícula “se” são, respectivamente:

- (A) Parte integrante do verbo, pronome apassivador, índice de indeterminação do sujeito e pronome reflexivo.
- (B) Índice de indeterminação do sujeito, pronome apassivador, partícula de realce e pronome recíproco.
- (C) Conjunção subordinativa integrante, pronome reflexivo, índice de indeterminação do sujeito e parte integrante do verbo.
- (D) Partícula expletiva, pronome apassivador, conjunção condicional e pronome reflexivo.
- (E) Índice de indeterminação do sujeito, pronome reflexivo, partícula apassivadora e parte integrante do verbo.

QUESTÃO 07

Leia os textos abaixo para responder à questão.

Texto I

*Nasce a manhã, a luz tem cheiro... Ei-la que assoma
Pelo ar sutil... Tem cheiro a luz, a manhã nasce...
Oh sonora audição colorida do aroma!
(Alphonsus de Guimaraens)*

Texto II

*“Querida querer gritar setecentas mil vezes
Como são lindos,
Como são lindos os burgueses”
(Caetano Veloso)*

Texto III

*“Não chorem... que não morreu!
Era um anjinho do céu
Que um outro anjinho chamou!
Era uma luz peregrina,
Era uma estrela divina
Que ao firmamento voou!”
(Alvares de Azevedo)*

Considerando os recursos estilísticos e as figuras de linguagem presentes nos textos, analise as afirmativas:

- I. No Texto I, a expressão "sonora audição colorida do aroma" articula três dimensões sensoriais distintas (som, visão e olfato) em uma mesma imagem, configurando-se, assim, na figura de linguagem sinestesia.
- II. No Texto II, a repetição da estrutura "Como são lindos" caracteriza catáfora, e o emprego do verbo "querer" no infinitivo seguido de "querer gritar" ("Querida querer gritar") cria um vício de linguagem chamado pleonasma vicioso.
- III. No Texto III, a caracterização da criança morta como "anjinho do céu", "luz peregrina" e "estrela divina" constitui uma gradação ascendente de metáforas (alegoria), enquanto a ideia de que "não morreu" porque foi chamada por outro anjo configura um eufemismo para a morte.
- IV. Nos três textos, predomina a função poética da linguagem, evidenciada pelo trabalho estético com as palavras, pelo uso de figuras de linguagem e pela exploração de recursos sonoros e rítmicos.

Está **CORRETO** o que se afirma em:

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) I, III e IV, apenas.
- (E) I, II e IV, apenas.

QUESTÃO 08

Considerando as normas de concordância verbal e nominal da língua culta e os possíveis problemas de ambiguidade, assinale a alternativa em que a reescrita do trecho abaixo mantenha o sentido original e esteja gramaticalmente **CORRETA**.

“A demora na análise dos processos, segundo alegam os contribuintes, deve-se à complexidade dos novos sistemas, o que tem gerado recorrentes reclamações.”

(A) Devem-se à complexidade dos novos sistemas, conforme alegam os contribuintes, a demora na análise dos processos e as recorrentes reclamações geradas.

(B) Os contribuintes alegam que a demora na análise dos processos devem-se à complexidade dos novos sistemas, os quais tem gerado recorrentes reclamações.

(C) Segundo os contribuintes, a demora na análise dos processos devem-se à complexidade dos novos sistemas, que, recorrentemente, vêm gerando reclamações.

(D) A demora na análise dos processos, alegam os contribuintes, deve-se à complexidade dos novos sistemas e às recorrentes reclamações que têm sido geradas.

(E) A demora na análise dos processos, segundo alegação dos contribuintes, deve-se à complexidade dos novos sistemas, fato que tem gerado recorrentes reclamações.

QUESTÃO 09

Assinale a alternativa que preenche, **CORRETA** e respectivamente, as lacunas do texto abaixo, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa quanto à regência, à crase e à colocação pronominal.

"O relator do projeto de lei orçamentária apresentou _____ comissão _____ emendas que _____ propostas durante a audiência pública, garantindo que _____ analisaria com a devida atenção."

- (A) à / suas / lhe foram / as.
- (B) a / suas / foram-lhe / às.
- (C) à / suas / lhe foram / às.
- (D) a / à / o foram / as.
- (E) à / suas / o foram / às.

QUESTÃO 10

Considere o período abaixo e analise as relações de sentido estabelecidas pelos conectores destacados:

"O magistrado indeferiu o pedido de produção de prova testemunhal, **porque** considerou as testemunhas arroladas suspeitas para depor no processo, **conforme** jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, **embora** a defesa tenha apresentado contrarrazões robustas argumentando pela idoneidade das testemunhas."

Os conectores destacados estabelecem, no contexto, relações de sentido, respectivamente, de:

(A) Causa, conformidade e oposição.

(B) Causa, comparação e concessão.

(C) Explicação, consequência e condição.

(D) Explicação, conformidade e concessão.

(E) Conclusão, conformidade e proporção.

CONHECIMENTOS GERAIS

QUESTÃO 11

A formulação e a execução de políticas públicas envolvem escolhas de prioridades, coordenação entre órgãos e níveis de governo e definição de arranjos para prestação de serviços essenciais. Em contextos municipais amazônicos, a capacidade estatal de integrar saúde, educação, assistência social, saneamento e infraestrutura se relaciona diretamente com a qualidade de vida e com desigualdades territoriais.

Considerando a atuação estatal no modelo constitucional brasileiro de prestação de serviços públicos e formulação de políticas públicas, identifique a alternativa **CORRETA**.

(A) O Estado tende a exercer papel prioritariamente normativo na definição de políticas, enquanto a execução dos serviços essenciais se organiza como atividade administrativa de rotina. Nesse enquadramento, a qualidade de vida decorre sobretudo da eficiência interna dos órgãos e do ajuste de procedimentos de atendimento.

(B) O Estado tende a atuar como regulador de políticas públicas, com provisão predominante dos serviços essenciais por agentes privados e comunitários. Nesse enquadramento, a qualidade de vida se relaciona principalmente à liberdade de escolha do usuário e à diversidade de ofertas no território.

(C) O Estado tende a formular e executar políticas públicas por meio de planejamento, coordenação e responsabilização institucional em articulação federativa. Nesse enquadramento, a cobertura e a qualidade de serviços como saúde, educação, assistência, saneamento e infraestrutura influenciam condições de vida, equidade e desenvolvimento social.

(D) O Estado tende a orientar políticas públicas a partir de metas setoriais independentes, com execução baseada em entregas pontuais e baixa necessidade de integração. Nesse enquadramento, a qualidade de vida se explica majoritariamente por ações emergenciais e por respostas imediatas à demanda.

(E) O Estado tende a se concentrar em formulação estratégica e em transferência de recursos, delegando a execução dos serviços essenciais a redes sociais autônomas. Nesse enquadramento, a qualidade de vida se consolida pela autogestão comunitária e por arranjos locais de provisão.

QUESTÃO 12

No Amapá, a relação entre preservação ambiental e desenvolvimento sustentável envolve escolhas de uso do território, manejo de recursos naturais e redução de impactos socioambientais associados a atividades humanas. Nesse quadro, políticas de proteção ambiental e instrumentos de gestão pública buscam compatibilizar conservação, bem-estar social e dinamismo econômico.

Considerando a concepção integrada de desenvolvimento sustentável e o papel dos instrumentos públicos de gestão ambiental, identifique a alternativa **CORRETA**.

(A) A preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável se organizam pela compatibilização entre conservação e atividades produtivas, com centralidade em medidas de mitigação, compensação e recomposição ambiental. Nesse quadro, políticas de proteção e instrumentos de gestão orientam o uso do território principalmente pelo ajuste de impactos decorrentes da atividade econômica.

(B) A preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável se organizam pela difusão de práticas produtivas de menor impacto e pela consolidação de padrões setoriais de responsabilidade ambiental. Nesse quadro, políticas de proteção e instrumentos de gestão atuam prioritariamente na indução de adesão progressiva e na coordenação de compromissos de uso dos recursos naturais.

(C) A preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável se organizam pelo acompanhamento de riscos ambientais e pela adaptação territorial a alterações do regime hídrico, da cobertura vegetal e de eventos recorrentes. Nesse quadro, políticas de proteção e instrumentos de gestão se concentram na estruturação de respostas locais e estratégias comunitárias de resiliência socioambiental.

(D) A preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável se organizam pela integração entre dimensões ambiental, social e econômica, com prevenção de impactos, ordenamento territorial e uso responsável de recursos naturais. Nesse quadro, políticas de proteção e instrumentos de gestão articulam regulação, monitoramento, fiscalização e educação ambiental para orientar práticas e reduzir riscos socioambientais.

(E) A preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável se organizam pela valorização econômica dos recursos naturais e pela incorporação de inovação produtiva com eficiência no uso de insumos. Nesse quadro, políticas de proteção e instrumentos de gestão operam prioritariamente por mecanismos de indução econômica e por arranjos de competitividade regional associados à conservação.

QUESTÃO 13

A ampliação do uso de tecnologias da informação e comunicação tem reconfigurado rotinas de trabalho, padrões de consumo cultural e formas de interação entre cidadãos e instituições.

Nesse cenário, a transformação digital envolve acesso à informação, novos arranjos de serviços e circulação acelerada de conteúdos, produzindo impactos sociais, econômicos e culturais que podem ampliar oportunidades, mas também gerar assimetrias e riscos.

Considerando essas dimensões, identifique a alternativa **CORRETA**.

(A) A transformação digital se caracteriza pela substituição integral de processos presenciais por fluxos automatizados, o que tende a uniformizar o acesso à informação e a reduzir assimetrias. Nesse quadro, impactos sociais e culturais decorrem principalmente da padronização tecnológica e da eliminação de intermediários institucionais.

(B) A transformação digital envolve reorganização de processos e serviços, com uso de TICs e ampliação de canais de acesso à informação. Nesse quadro, seus impactos sociais, econômicos e culturais dependem de condições como conectividade, letramento informacional e desenho institucional, podendo tanto reduzir barreiras quanto reforçar desigualdades.

(C) O uso de TICs se estrutura como fenômeno predominantemente técnico, com efeitos concentrados na produtividade econômica. Nesse quadro, impactos sociais e culturais se organizam como externalidades de baixo alcance, e o acesso à informação se define principalmente por disponibilidade de equipamentos.

(D) O acesso à informação no contexto digital se consolida por mecanismos espontâneos de autorregulação de plataformas, que tendem a assegurar neutralidade e equilíbrio informacional. Nesse quadro, os impactos sociais decorrem do aumento da oferta de conteúdo e da multiplicação de canais de comunicação.

(E) A transformação digital se orienta por processos de comunicação centralizados, nos quais a circulação informacional se organiza por fontes institucionais únicas. Nesse quadro, impactos culturais se vinculam à estabilidade de narrativas públicas e à redução de conflitos interpretativos.

QUESTÃO 14

A discussão contemporânea sobre saúde e bem-estar social tem destacado que condições de vida, trabalho, renda, moradia, saneamento, mobilidade e segurança influenciam padrões de adoecimento e possibilidades de prevenção. Em espaços urbanos, a qualidade de vida depende tanto de escolhas individuais quanto de fatores estruturais e de políticas públicas que organizam o território e reduzem vulnerabilidades.

Considerando determinantes sociais da saúde, hábitos saudáveis, prevenção de doenças e segurança/qualidade de vida, identifique a alternativa **CORRETA**.

(A) Determinantes sociais da saúde correspondem principalmente a predisposições individuais e a escolhas de estilo de vida, de modo que prevenção de doenças se organiza por rotinas pessoais. Nesse quadro, segurança urbana atua como fator indireto, com baixa interferência sobre riscos sanitários.

(B) Determinantes sociais da saúde incluem fatores estruturais e territoriais, como renda, educação, trabalho, moradia, saneamento e acesso a serviços. Nesse quadro, hábitos saudáveis e prevenção de doenças se articulam a políticas e condições de segurança e qualidade de vida no espaço social e urbano.

(C) Qualidade de vida urbana se explica por oferta de serviços especializados e por respostas clínicas a agravos, enquanto prevenção de doenças se concentra em ações de curto prazo. Nesse quadro, determinantes sociais têm relevância sobretudo como contexto cultural, com menor relação com desigualdades materiais.

(D) A prevenção de doenças se fundamenta em intervenções tecnológicas e em acesso a informações digitais, enquanto hábitos saudáveis se consolidam por motivação individual. Nesse quadro, determinantes sociais se relacionam ao comportamento coletivo e não influenciam diretamente o funcionamento do ambiente urbano.

(E) Segurança e qualidade de vida no contexto urbano se vinculam prioritariamente à presença de infraestrutura física, enquanto determinantes sociais se concentram em aspectos psicológicos e culturais. Nesse quadro, a prevenção de doenças depende principalmente de campanhas informativas e de autocuidado.

QUESTÃO 15

No Amapá, a relação entre preservação ambiental e desenvolvimento sustentável envolve escolhas de uso do território, manejo de recursos naturais e redução de impactos socioambientais associados a atividades humanas.

Nesse quadro, políticas de proteção ambiental e instrumentos de gestão pública buscam compatibilizar conservação, bem-estar social e dinamismo econômico.

Considerando essas dimensões, identifique a alternativa **CORRETA**.

(A) A preservação ambiental se consolida pela manutenção de áreas sensíveis e pela indução de atividades produtivas com foco em recomposição ambiental posterior. Nesse quadro, o desenvolvimento sustentável se organiza por medidas de mitigação e compensação como eixo central de gestão socioambiental.

(B) A sustentabilidade se estrutura pela ampliação de práticas produtivas consideradas de baixo impacto e pela adoção de padrões voluntários de responsabilidade ambiental. Nesse quadro, políticas públicas atuam como referências gerais de orientação, favorecendo adesão progressiva e ajustes setoriais no uso de recursos naturais.

(C) Os impactos socioambientais se expressam sobretudo por alterações climáticas de escala ampliada e por variações naturais do regime hídrico e da cobertura vegetal. Nesse quadro, políticas de proteção se direcionam à adaptação territorial e ao fortalecimento de respostas comunitárias a eventos ambientais recorrentes.

(D) O desenvolvimento sustentável se compreende pela integração entre dimensões ambiental, social e econômica, com prevenção de impactos, ordenamento territorial e uso responsável de recursos naturais. Nesse quadro, políticas de proteção ambiental incluem instrumentos de regulação, monitoramento, fiscalização e educação ambiental, orientando práticas e reduzindo riscos socioambientais.

(E) A preservação ambiental se organiza por valorização econômica de recursos naturais e por incentivos à inovação produtiva, promovendo eficiência no uso de insumos. Nesse quadro, políticas de proteção priorizam mecanismos econômicos de indução, articulando competitividade regional e conservação em bases produtivas modernizadas.

QUESTÃO 16

A economia local e regional pode ser compreendida pela articulação entre atividades predominantes, relação entre setor público e privado, dinâmicas de trabalho e renda e condições estruturais que favorecem ou limitam o desenvolvimento regional.

Nesse contexto, decisões de investimento, infraestrutura, qualificação e capacidade institucional influenciam a organização produtiva e os efeitos sociais do crescimento.

Considerando essas noções, analise as assertivas abaixo e, a seguir, identifique a alternativa **CORRETA**.

I. As atividades econômicas predominantes de um território tendem a se relacionar com seus recursos disponíveis, sua posição geográfica e sua forma de ocupação, repercutindo em oportunidades de trabalho e renda.

II. O setor público influencia o desenvolvimento regional por meio de políticas, serviços e investimentos, ao passo que o setor privado participa por produção, circulação de bens e serviços e geração de postos de trabalho.

III. A noção de economia local e regional inclui a análise de encadeamentos produtivos, fluxos de renda e circulação de mercadorias e serviços, permitindo compreender desigualdades e potencialidades de desenvolvimento.

IV. O desenvolvimento regional se explica principalmente por crescimento econômico agregado, sendo a distribuição de renda e o acesso a serviços fatores secundários para avaliação de qualidade de vida e bem-estar social.

- (A) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- (B) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- (C) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
- (D) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
- (E) Todas as assertivas estão corretas.

QUESTÃO 17

A diversidade cultural brasileira e amazônica se expressa em práticas, símbolos e modos de vida que estruturam identidades regionais e formas de pertencimento.

No âmbito social, o respeito à pluralidade cultural, social e étnica implica reconhecer diferentes matrizes formadoras e enfrentar dinâmicas de exclusão e discriminação que afetam o acesso a direitos e a participação na vida coletiva.

Considerando diversidade cultural, manifestações tradicionais e identidade regional, identifique a alternativa **INCORRETA**.

- (A) A diversidade cultural pode ser compreendida como coexistência de matrizes e práticas sociais distintas, cujas expressões contribuem para identidades regionais e para a construção de sentidos de pertencimento em diferentes grupos.

(B) Manifestações culturais tradicionais funcionam como referências simbólicas e práticas coletivas que preservam memórias sociais e se atualizam no tempo, integrando processos dinâmicos de identidade regional.

(C) O respeito à pluralidade social, cultural e étnica se vincula à valorização de diferentes modos de vida e à promoção de convivência democrática, considerando que identidades se formam por processos históricos e relações sociais.

(D) A identidade regional pode ser compreendida como resultado de interações entre experiências históricas, práticas culturais e relações sociais, expressando continuidades e transformações em um mesmo território.

(E) A pluralidade cultural e étnica se consolida sobretudo por assimilação progressiva de diferenças em padrões culturais majoritários, de modo que a integração social se organiza pela homogeneização de práticas e referências coletivas.

QUESTÃO 18

No cenário econômico nacional amplamente divulgado no início de 2026, destacaram-se a entrada em vigor do novo salário mínimo (R\$ 1.621), a divulgação de inflação mensal de janeiro em 0,33% (com 4,44% no acumulado em 12 meses) e a manutenção da taxa Selic em 15,00% ao ano.

Esse conjunto de informações foi frequentemente apresentado no debate público como base para interpretações sobre renda, preços, crédito e atividade econômica.

Considerando uma leitura contextual de atualidades econômicas, que articula renda, inflação e política monetária, analise as alternativas a seguir e, em seguida, aponte a que está **CORRETA**.

(A) A leitura do cenário econômico se organiza pela variação nominal do salário mínimo como referência principal de dinamismo da renda, enquanto inflação e taxa básica de juros atuam como parâmetros de ajuste institucional, com efeitos secundários na interpretação das condições de consumo e financiamento.

(B) A leitura do cenário econômico se organiza pela variação mensal da inflação como referência central de estabilidade de preços, enquanto o acumulado em 12 meses e a taxa básica de juros atuam como parâmetros de acompanhamento, com menor relevância para a análise das expectativas e das condições de crédito.

(C) A leitura do cenário econômico se organiza pela manutenção da taxa básica de juros como referência predominante de coordenação macroeconômica, enquanto renda e inflação corrente atuam como indicadores de acomodação do ciclo, com efeitos derivados sobre consumo e custo de vida.

(D) A leitura do cenário econômico se organiza pela articulação entre renda, inflação e política monetária, de modo que reajuste do salário mínimo, inflação corrente e acumulada e taxa básica de juros componham sinais simultâneos para análise de consumo, crédito, custo de vida e atividade, sem permitir inferência linear a partir de um único indicador.

(E) A leitura do cenário econômico se organiza pela combinação entre renda do trabalho e inflação corrente como eixo de interpretação do poder de compra, enquanto a taxa básica de juros atua sobretudo como referência de política financeira, com incidência indireta sobre a dinâmica cotidiana de preços e decisões de consumo.

QUESTÃO 19

A análise de aspectos gerais do Amapá e de Mazagão, em nível superior, envolve articular localização geográfica, características socioeconômicas, formação histórica e cultural e importância regional, relacionando esses elementos à inserção amazônica e ao contexto nacional. Nessa perspectiva, o território não é apenas cenário físico, mas também base para dinâmicas sociais, culturais e econômicas que estruturam o desenvolvimento.

Considerando esse recorte, identifique a alternativa **INCORRETA**.

(A) A inserção do Amapá no contexto amazônico e nacional pode ser analisada pela articulação entre território, redes naturais e padrões de ocupação, influenciando dinâmicas socioeconômicas e integração regional.

(B) As características socioeconômicas de Mazagão podem ser compreendidas a partir de sua posição no espaço estadual e de suas formas de organização produtiva e social, que se conectam a dinâmicas regionais amazônicas.

(C) A formação histórica e cultural do Amapá e de Mazagão se relaciona a processos de ocupação e constituição identitária, com permanências e transformações que ajudam a explicar referências simbólicas regionais.

(D) A importância regional do Amapá pode ser discutida considerando-se sua participação em dinâmicas amazônicas e sua interação com políticas e fluxos de escala nacional, repercutindo sobre infraestrutura, economia e organização social.

(E) A localização geográfica do Amapá se define pela inserção no centro do território brasileiro, com predominância de eixos terrestres inter-regionais como matriz de integração nacional, o que condiciona a organização socioeconômica de Mazagão no interior estadual.

QUESTÃO 20

A organização político-administrativa do Brasil combina repartição de competências entre entes federativos e mecanismos de participação social, permitindo que cidadãos acompanhem e influenciem a gestão pública por diferentes vias institucionais. Nesse quadro, a cidadania se conecta tanto ao exercício de direitos e deveres quanto ao controle social da Administração Pública.

Considerando essas noções, analise as assertivas a seguir e identifique a alternativa **CORRETA**.

I. A organização político-administrativa do Brasil compreende União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com autonomia assegurada no âmbito constitucional e competências distribuídas entre esferas próprias e compartilhadas.

II. A repartição de competências pode envolver matérias de interesse comum e regimes de atuação coordenada, demandando articulação entre entes federativos na execução de políticas e serviços públicos.

III. A participação social e o controle social se realizam prioritariamente por órgãos estatais de fiscalização, de modo que a atuação cidadã direta tende a assumir papel secundário na dinâmica de acompanhamento da Administração Pública.

IV. O controle social pode ocorrer por instrumentos institucionais e sociais de acompanhamento e cobrança, como instâncias participativas, canais de comunicação com o poder público e mecanismos de transparência e acesso à informação.

(A) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

(B) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

(C) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.

(D) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.

(E) Todas as assertivas estão corretas.

RACIOCÍNIO LÓGICO

QUESTÃO 21

Em um sistema de controle de acesso, considere a seguinte condição:

“Sempre que o acesso for liberado, é necessário que o candidato apresente documento oficial com foto e, além disso, assine a lista de presença ou apresente comprovante de agendamento”.

Proposições:

a: o acesso é liberado.

p: o candidato apresenta documento oficial com foto.

q: o candidato assina a lista de presença.

r: o candidato apresenta comprovante de agendamento.

Notação utilizada:

\neg (negação); \wedge (conjunção); \vee (disjunção);

\rightarrow (implicação).

Considere as proposições acima e indique a alternativa **CORRETA**.

(A) $a \rightarrow ((p \wedge q) \vee r)$.

(B) $a \rightarrow (p \wedge (q \vee r))$.

(C) $(a \rightarrow p) \wedge (q \vee r)$.

(D) $(p \wedge (q \vee r)) \rightarrow a$.

(E) $a \rightarrow (p \vee (q \wedge r))$.

QUESTÃO 22

Considere as proposições simples “p” e “q” e a proposição composta:

$P = (p \rightarrow q) \wedge (q \rightarrow p)$.

Considerando a lógica proposicional clássica, analise as alternativas quanto à equivalência lógica de P, e indique a alternativa **CORRETA**.

(A) P é logicamente equivalente a $(p \vee q)$.

(B) P é logicamente equivalente a $(p \wedge q)$.

(C) P é logicamente equivalente a $(\neg p \vee q) \wedge (\neg q \vee p)$.

(D) P é logicamente equivalente a $(p \rightarrow q)$.

(E) P é logicamente equivalente a $\neg(p \leftrightarrow q)$.

QUESTÃO 23

Durante uma reunião de planejamento, um coordenador afirmou:

“Conversei com dois servidores do setor de protocolo e ambos disseram que não gostam de mudanças. Portanto, os servidores desta instituição resistem a qualquer mudança.”

De acordo com a teoria da argumentação, analise o raciocínio apresentado, e indique a alternativa **CORRETA**.

(A) O argumento incorre em generalização apressada.

(B) O argumento incorre em falso dilema.

(C) O argumento incorre em ad hominem.

(D) O argumento incorre em petição de princípio.

(E) O argumento incorre em apelo à autoridade.

QUESTÃO 24

Em uma conferência de 260 documentos administrativos digitalizados, foram identificadas três possíveis inconsistências:

A: documento com assinatura ausente.

B: documento com data incompleta.

C: documento com página ilegível.

Sabe-se que:

$n(A) = 150$.

$n(B) = 130$.

$n(C) = 110$.

$n(A \text{ interseção } B) = 65$.

$n(A \text{ interseção } C) = 58$.

$n(B \text{ interseção } C) = 49$.

$n(A \text{ interseção } B \text{ interseção } C) = 22$.

Com base nesses dados, determine a quantidade de documentos que apresentam exatamente duas inconsistências, e indique a alternativa **CORRETA**.

(A) 84.

(B) 94.

(C) 128.

(D) 150.

(E) 106.

QUESTÃO 25

Considere a sequência numérica a seguir:

2, 6, 7, 21, 22, 66, ___

Observando a regularidade do padrão apresentado, determine o próximo termo da sequência, e indique a alternativa **CORRETA**.

(A) 68.

(B) 69.

(C) 70.

(D) 67.

(E) 72.

QUESTÃO 26

Um sistema de protocolo gera códigos de 4 caracteres utilizando apenas os algarismos 0 a 9, sem repetição de dígitos. Por regra, o código não pode começar com 0 (zero) e deve terminar com um dígito par.

Considere que o dígito 0 (zero) é permitido na última posição.

Determine o número total de códigos possíveis, e indique a alternativa **CORRETA**.

- (A) 2.160.
- (B) 2.296.
- (C) 2.520.
- (D) 2.880.
- (E) 3.024.

QUESTÃO 27

Em uma caixa há 12 envelopes de habilitação, sendo:

- 8 envelopes com documentação completa (C).
- 4 envelopes com documentação incompleta (I).

Dois envelopes são retirados sucessivamente, ao acaso, sem reposição.

Com base nessas informações, determine a probabilidade de que seja retirado pelo menos um envelope com documentação incompleta (I), e em seguida, indique a alternativa **CORRETA**.

- (A) 14/33.
- (B) 8/33.
- (C) 5/11.
- (D) 1/3.
- (E) 19/33.

QUESTÃO 28

Um contrato anual de prestação de serviços tinha valor inicial de R\$ 125.000,00. No período seguinte, foi aplicado um reajuste de 12% e, posteriormente, foi concedido um desconto de 5% sobre o valor já reajustado.

Com base nessas informações, determine o valor final do contrato após o reajuste e o desconto, e indique a alternativa **CORRETA**.

- (A) R\$ 131.250,00.
- (B) R\$ 132.500,00.
- (C) R\$ 133.000,00.
- (D) R\$ 133.500,00.
- (E) R\$ 134.000,00.

QUESTÃO 29

No plano cartesiano, considere o ponto "P" de coordenadas (3, -2). Sobre esse ponto, são aplicadas, nesta ordem, as seguintes transformações:

1. Uma translação T que leva (x, y) em (x - 4, y + 5).
2. Uma rotação de 90° no sentido horário em torno da origem.

Com base nessas informações, determine as coordenadas do ponto final obtido após as duas transformações, e indique a alternativa **CORRETA**.

- (A) (3, 1).
- (B) (3, -1).
- (C) (-3, 1).
- (D) (-3, -1).
- (E) (1, 3).

QUESTÃO 30

O quadro a seguir apresenta a quantidade de processos concluídos por três setores, em dois meses consecutivos.

SETOR	JANEIRO	FEVEREIRO
Setor A	90	110
Setor B	70	90
Setor C	40	50

Com base nos dados apresentados, determine a variação percentual do total de processos concluídos em FEVEREIRO em relação a JANEIRO e indique a alternativa **CORRETA**.

- (A) 18%.
- (B) 20%.
- (C) 22%.
- (D) 25%.
- (E) 30%.

LEGISLAÇÃO

QUESTÃO 31

Em razão de demanda superior à oferta, a prefeitura instituiu critérios para priorização de atendimento em um serviço público municipal de alta procura (com vagas/atendimentos limitados), devendo justificar a medida à luz de cidadania, dignidade da pessoa humana e igualdade.

Considerando os fundamentos constitucionais e a distinção entre igualdade material e tratamento arbitrário, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A priorização baseada na regularidade fiscal do usuário e no histórico de contribuição tributária ao ente local expressa um critério de cidadania ativa, produzindo igualdade na medida em que alinha precedência no serviço à participação no financiamento coletivo.

(B) A priorização baseada em vulnerabilidade objetivamente mensurada, com regras públicas, motivação e possibilidade de revisão administrativa, compatibiliza dignidade e igualdade ao admitir diferenciação razoável orientada ao interesse público.

(C) A priorização baseada no tempo de residência no município e no vínculo político-administrativo do requerente, concretiza cidadania e igualdade por reconhecer o pertencimento territorial como parâmetro central, relegando critérios socioeconômicos a função complementar.

(D) A priorização baseada em indicação comunitária (conselhos locais, lideranças ou representação territorial), formalizada em procedimento padronizado, concretiza dignidade e igualdade por substituir critérios socioeconômicos por reconhecimento social, reduzindo risco de favorecimento.

(E) A priorização baseada em sorteio entre todos os cadastrados, por assegurar tratamento idêntico aos interessados, traduz de modo típico a igualdade material e preserva dignidade ao evitar qualquer diferenciação entre situações sociais distintas.

QUESTÃO 32

Para enfrentar conflitos recorrentes de uso do espaço urbano (ruído, eventos, comércio ambulante e ocupações temporárias), a prefeitura passou a editar atos normativos e praticar atos concretos de poder de polícia, disciplinando horários, exigindo autorizações para certas atividades e aplicando medidas administrativas.

Considerando os limites constitucionais à restrição de direitos fundamentais, a legalidade, a proporcionalidade e a motivação, assinale a alternativa **INCORRETA**.

(A) A atuação municipal de poder de polícia pode impor condicionamentos ao uso de bens públicos e ao exercício de atividades em espaços urbanos, desde que o faça com base em competência administrativa legítima, finalidade pública definida e medidas proporcionais ao risco que se pretende mitigar.

(B) A restrição administrativa de direitos no espaço urbano demanda motivação que explicita a finalidade, o nexos com a situação regulada e a adequação do meio empregado, permitindo controle posterior de legalidade e de eventual desvio de finalidade, sem transformar discricionariedade em arbítrio.

(C) A exigência de autorização prévia para determinados eventos em praças e vias pode ser compatível com direitos fundamentais quando estruturada por critérios objetivos, prazos e procedimentos, funcionando como mecanismo de gestão do uso do bem público, e não como filtro de conteúdo ou de orientação do ato.

(D) A aplicação de medidas administrativas imediatas (como interdição de atividade irregular ou apreensão de equipamentos) pode ocorrer no âmbito do poder de polícia quando houver disciplina normativa e proporcionalidade na providência, assegurando-se, em seguida, via adequada de impugnação e revisão administrativa.

(E) A prefeitura pode, por decreto, instituir diretamente limites gerais de uso do espaço público e sanções administrativas correspondentes, ainda que não exista disciplina legal municipal específica sobre a matéria, desde que a motivação aponte a proteção da ordem urbana e a medida seja apresentada como proporcional.

QUESTÃO 33

Uma prefeitura pretende: (i) editar norma de posturas urbanas (ruído, ocupação de calçadas, horários e requisitos procedimentais para eventos), (ii) ajustar regras de licenciamento urbanístico e (iii) reforçar ações de vigilância sanitária e fiscalização ambiental urbana, com previsão de sanções administrativas e procedimentos de revisão.

De acordo com a CF/88 e da repartição de competências (competência material vs legislativa; competência comum vs concorrente; normas gerais vs suplementação/interesse local), analise as alternativas a seguir e assinale a que está **CORRETA**.

(A) O município pode exercer competência material em saúde e meio ambiente (atuação comum) e, no plano legislativo, editar normas de interesse local e suplementares para posturas, uso do solo e procedimentos fiscalizatórios, inclusive com sanções administrativas, desde que observe devido processo e não contrarie parâmetros gerais fixados por normas superiores.

(B) O município pode exercer competência material em saúde e meio ambiente e, na ausência de normas gerais federais prévias, editar disciplina com alcance de norma geral setorial para estruturar integralmente a política local, desde que a regra seja aplicável apenas no território municipal e esteja motivada no interesse público.

(C) O município pode exercer competência material em saúde e meio ambiente, mas sua competência legislativa em matéria concorrente pressupõe norma geral federal e norma suplementar estadual anteriores, de modo que, sem disciplina estadual específica, o município atua predominantemente por atos administrativos e não por lei local.

(D) O município pode exercer competência material em saúde e meio ambiente e, em razão da sua autonomia administrativa, está autorizado a dispensar o licenciamento ambiental definido em lei estadual ou federal, estabelecendo, por lei local, que atividades de impacto relevante fiquem sujeitas apenas à fiscalização discricionária do prefeito.

(E) O município pode exercer competência material em saúde e meio ambiente, e pode editar posturas urbanas, mas a previsão de sanções administrativas com efeitos imediatos deve ser tratada como matéria legislativa típica de nível superior, razão pela qual a disciplina municipal se limita a orientações e recomendações, sem estruturar um regime sancionatório próprio.

QUESTÃO 34

No âmbito municipal, a organização do Estado e a separação de funções impõem distinções entre controle (fiscalização, auditoria, monitoramento) e gestão (execução administrativa).

Considerando as funções institucionais no município e os mecanismos de controle recíproco, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) Controle e gestão são funções complementares: o órgão de controle, ao identificar impropriedades, pode assumir atos executórios para assegurar continuidade e eficiência, pois a finalidade pública autoriza a transição do controle para a execução quando houver risco de dano ao interesse coletivo.

(B) Controle e gestão se diferenciam por enfoque: o controle tem natureza técnica e, por isso, pode emitir comandos vinculantes sobre procedimentos de execução, inclusive determinando escolhas administrativas, desde que fundamente suas ordens em critérios de eficiência e economicidade.

(C) Controle e gestão são funções distintas: o controle acompanha, verifica e recomenda, enquanto a gestão decide e executa. O controle pode indicar impropriedades e requerer informações, mas não substitui o gestor na prática de atos administrativos, permanecendo a execução sujeita a responsabilização e controle posterior.

(D) Controle e gestão se diferenciam por temporalidade. O controle opera preferencialmente a posteriori, quando ocorre de forma concomitante, perde neutralidade e, por isso, deve se abster de requisitar informações durante a execução, limitando-se a relatórios finais.

(E) Controle e gestão se diferenciam por competência: a gestão detém a titularidade do ato administrativo e, por isso, pode modular o fornecimento de dados e documentos ao controle conforme juízo de conveniência, preservando discricionariedade e autonomia decisória do órgão executor.

QUESTÃO 35

De acordo com os princípios constitucionais da Administração Pública — legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (LIMPE) — e da ideia de juridicidade como atuação conforme o ordenamento jurídico em sentido amplo, assinale a alternativa **INCORRETA**.

(A) A legalidade administrativa vincula a atuação estatal à lei e ao direito; em especial, a Administração exerce competências delimitadas, devendo agir com fundamento normativo e finalidade pública, sob controle de legalidade.

(B) A impessoalidade orienta a atuação administrativa para fins públicos, vedando favorecimentos e perseguições, e também funciona como parâmetro para aferir promoção pessoal indevida, inclusive em atos e comunicações institucionais.

(C) A moralidade administrativa exige probidade, lealdade e boa-fé no exercício da função pública, operando como critério jurídico de validade do ato, ainda que o ato seja formalmente legal.

(D) A eficiência autoriza a Administração a afastar exigências legais e procedimentais sempre que elas imponham custos ou atrasos, desde que a decisão seja motivada no interesse público e na necessidade de entrega de resultados.

(E) A publicidade assegura transparência e controle social dos atos administrativos, admitindo formas e limites definidos pelo ordenamento, especialmente quando envolvam sigilos legítimos e proteção de dados.

QUESTÃO 36

O controle da Administração Pública pode ocorrer por diferentes vias, envolvendo mecanismos internos, externos, judiciais e também participação social, cada qual com escopo próprio.

Considerando limites entre controle de legalidade e controle de mérito administrativo, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) O controle pode examinar conformidade do ato com o ordenamento e, conforme o caso, apontar irregularidades. O controle judicial tende a incidir sobre juridicidade e não substitui escolhas de conveniência e oportunidade, salvo quando houver violação de parâmetros jurídicos.

(B) O controle externo se concentra em resultados e eficiência e, por isso, pode substituir a decisão administrativa por outra considerada superior, sempre que a avaliação técnica indicar alternativa mais vantajosa ao interesse público.

(C) O controle interno se limita a registrar atos e arquivar documentos, pois a análise de procedimentos e a verificação de falhas caracterizam interferência indevida na gestão e comprometem a separação funcional.

(D) O controle judicial se orienta à melhor solução administrativa e, por isso, pode redefinir prioridades de políticas públicas sempre que houver divergência técnica sobre o caminho mais eficiente.

(E) O controle social é incompatível com a Administração Pública, pois transparência e acesso à informação não se relacionam com controle, mas apenas com divulgação institucional de atos já concluídos.

QUESTÃO 37

No serviço público municipal, agentes públicos estão sujeitos a deveres funcionais, vedações e padrões de integridade, com atenção a conflito de interesses e à probidade administrativa. Considerando esses conceitos em nível geral, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A integridade funcional admite que o agente utilize informações internas não públicas para orientar decisões pessoais, desde que não haja prejuízo direto ao erário, pois a vedação relevante recai apenas sobre o recebimento de vantagem indevida.

(B) O conflito de interesses exige prova de vantagem efetiva obtida pelo agente; na ausência de benefício comprovado, não há risco à integridade, sendo irrelevante a aparência de parcialidade ou a proximidade com interessados.

(C) A probidade administrativa está relacionada ao dever de agir com honestidade e lealdade às finalidades públicas; por isso, situações que comprometam imparcialidade podem demandar medidas preventivas para proteger a confiança na decisão pública.

(D) Dever funcional e ética pública se limitam ao cumprimento literal de normas internas; escolhas que suscitem dúvida sobre imparcialidade são matérias exclusivamente privadas, salvo quando houver denúncia formal e instauração de processo disciplinar.

(E) A atuação em atendimento ao público é campo livre de conflitos, pois a decisão é rotineira; assim, o agente pode privilegiar pedidos de pessoas conhecidas, desde que também atenda os demais, preservando a aparência de cordialidade e eficiência.

QUESTÃO 38

No Direito Administrativo, a validade do ato administrativo é analisada à luz de seus elementos clássicos (competência, finalidade, forma, motivo e objeto) e da distinção entre vício e mérito administrativo. Considerando especialmente a diferença entre vício de finalidade (desvio) e vício de motivo/objeto, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) O vício de finalidade ocorre quando o agente atua fora do interesse público, e pode ser tratado como questão de mérito, pois envolve a conveniência da decisão; por isso, sua correção é feita por revogação, e não por invalidação.

(B) O vício de finalidade se caracteriza quando o ato, embora formalmente adequado, é praticado com propósito diverso do previsto em lei, como favorecimento ou perseguição; nesse caso, não se trata de mero mérito, mas de ilegalidade por desvio de finalidade.

(C) O vício de motivo está presente quando a Administração escolhe uma alternativa menos eficiente entre opções lícitas; por isso, a invalidação do ato decorre do controle de mérito, sempre que demonstrada superioridade técnica de outra decisão.

(D) O vício de objeto ocorre quando a motivação apresentada é insuficiente ou genérica; nesses casos, o defeito reside na falta de fundamentação, que é componente do mérito e pode ser suprido por justificativa posterior sem repercussão sobre a validade.

(E) O vício de motivo e o vício de finalidade se confundem, pois ambos dizem respeito às razões do administrador; assim, a distinção é apenas terminológica e não altera o regime de controle e correção do ato.

QUESTÃO 39

No regime jurídico dos atos administrativos, o desfazimento pode ocorrer por anulação ou por revogação, com fundamentos e efeitos distintos.

Considerando a diferença entre ilegalidade e conveniência/oportunidade, bem como os efeitos sobre situações concretas, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A anulação decorre de conveniência e oportunidade e se aplica quando o ato não é mais útil ao interesse público. A revogação decorre de ilegalidade e é o meio adequado para corrigir vícios de competência, finalidade, forma, motivo ou objeto.

(B) A anulação e a revogação são modalidades equivalentes de desfazimento, diferenciando-se apenas pelo órgão que as pratica; seus efeitos temporais são idênticos, pois qualquer desfazimento impede que o ato produza efeitos desde a origem.

(C) A revogação é aplicável tanto a atos legais quanto ilegais, pois a Administração pode optar por desfazer o ato por razões de mérito ou de juridicidade. A anulação, por sua vez, é reservada a hipóteses em que exista prejuízo financeiro mensurável.

(D) A revogação produz efeitos necessariamente retroativos, pois desfaz o ato desde a origem. A anulação, por corrigir ilegalidade, pode produzir efeitos apenas para o futuro, preservando integralmente os efeitos anteriores do ato.

(E) A anulação decorre de ilegalidade e, em regra, opera *ex tunc*. A revogação decorre de conveniência e oportunidade e, em regra, opera *ex nunc*, admitida preservação excepcional de efeitos por segurança jurídica.

QUESTÃO 40

No âmbito municipal, a transparência administrativa envolve transparência ativa e passiva, mecanismos de controle social e limites decorrentes de proteção de dados pessoais e hipóteses legais de sigilo.

Considerando esse equilíbrio, assinale a alternativa **INCORRETA**.

(A) A transparência ativa se concretiza pela divulgação proativa de informações de interesse coletivo, com atualização, linguagem acessível e meios de consulta que viabilizem acompanhamento de receitas, despesas, contratos e resultados.

(B) A transparência passiva pressupõe resposta motivada a pedidos de informação, com indicação de providências adotadas e possibilidade de revisão, inclusive quando a informação já estiver disponível por outro meio oficial.

(C) Em documentos que contenham dados pessoais, é possível compatibilizar publicidade e proteção de dados por meio de tarja/anonimização e fornecimento parcial, preservando o conteúdo necessário ao controle social.

(D) Em documentos que contenham dados pessoais, o tratamento adequado é o indeferimento integral do acesso, pois a proteção de dados prevalece sobre a transparência, cabendo o fornecimento apenas mediante decisão judicial específica.

(E) A restrição de acesso por sigilo pode ocorrer quando houver hipótese legal pertinente, devendo ser justificada, limitada ao necessário e estruturada de modo a preservar, sempre que viável, o acesso ao conteúdo não protegido.

CONHECIMENTOS ESPECIFICOS

QUESTÃO 41

O conforto ambiental das edificações busca adaptar suas condições térmicas, acústicas e luminosas a parâmetros adequados aos usuários, estabelecidos a partir de critérios técnicos e normativos vigentes no Brasil. Tal condição contribui para a manutenção e promoção da saúde, do desempenho e do bem-estar dos ocupantes.

Considerando as definições e diretrizes presentes nas normas técnicas brasileiras, analise as assertivas abaixo.

I. Refere-se ao equilíbrio das trocas de calor entre o corpo humano e o ambiente, sendo influenciado pela temperatura do ar, umidade relativa, velocidade do ar e radiação térmica.

II. O conforto acústico em ambientes internos depende unicamente da diminuição dos ruídos externos, tornando-se irrelevante o tratamento das superfícies internas quanto à absorção sonora.

III. O conforto lumínico abrange tanto a quantidade de iluminação disponível quanto aspectos como controle de ofuscamento, distribuição da luz e utilização da iluminação natural.

IV. A ventilação natural é uma estratégia bioclimática que pode contribuir para o conforto térmico, desde que considere as condições climáticas locais.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- (B) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
- (C) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- (D) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
- (E) Todas as assertivas estão corretas

QUESTÃO 42

Integrar os princípios da sustentabilidade ao projeto arquitetônico vai além da mera implementação de tecnologias eficientes. Envolve o entendimento das condições climáticas, do comportamento termo energético dos materiais e da relação entre a edificação e o meio ambiente.

Nesse cenário, a arquitetura bioclimática se baseia na adaptação da forma, da localização e das técnicas construtivas às condições climáticas locais, priorizando soluções passivas para diminuir a necessidade de sistemas artificiais de climatização.

Um arquiteto foi contratado para criar um projeto residencial em uma área com clima majoritariamente quente e úmido, levando em conta as orientações da ABNT NBR 15220 sobre o zoneamento bioclimático brasileiro e os critérios de desempenho definidos na ABNT NBR 15575.

Com base nesses princípios, assinale a alternativa **CORRETA** que apresenta a conduta projetual mais coerente com os princípios da sustentabilidade e da arquitetura bioclimática.

- (A) Priorizar grandes superfícies envidraçadas voltadas para o oeste, com o objetivo de maximizar a iluminação natural e reduzir o consumo de energia elétrica destinada à iluminação artificial.
- (B) Adotar ventilação cruzada, dispositivos de sombreamento e materiais com baixa inércia térmica, compatíveis com clima quente e úmido, de modo a reduzir a necessidade de resfriamento mecânico.
- (C) Utilizar sistemas de ar-condicionado de alta eficiência energética como principal estratégia de conforto térmico, independentemente da orientação solar da edificação.
- (D) Empregar revestimentos de elevada absorvância térmica nas fachadas, favorecendo o aquecimento interno como forma de compensar a umidade do ar.
- (E) Priorizar exclusivamente a instalação de painéis fotovoltaicos, dispensando estudos relativos à orientação solar, ventilação natural e proteção das fachadas.

QUESTÃO 43

O Plano Diretor Municipal e o Código de Obras e Edificações de Mazagão/AP formam instrumentos que se complementam na política urbana local.

O Plano Diretor define diretrizes estruturais para o ordenamento do território, zoneamento, densidade e função social da propriedade, enquanto o Código de Obras regula os aspectos técnicos da construção, incluindo licenciamento, parâmetros construtivos, responsabilidades técnicas e fiscalização.

Levando em conta as disposições habituais presentes no Plano Diretor Municipal de Mazagão/AP e no Código de Obras e Edificações correspondente, avalie as assertivas abaixo assinalando (V) se verdadeira ou (F), se falsa.

- () O coeficiente de aproveitamento definido no Plano Diretor constitui parâmetro urbanístico vinculante, devendo ser observado obrigatoriamente no processo de licenciamento edilício conduzido pelo órgão municipal competente.
- () O Código de Obras pode flexibilizar parâmetros de uso e ocupação do solo estabelecidos pelo Plano Diretor, desde que haja justificativa técnica apresentada pelo responsável técnico do projeto.
- () A aprovação do projeto arquitetônico pelo Município não exige o profissional habilitado de responsabilidade técnica civil, administrativa e ética quanto ao atendimento às normas urbanísticas vigentes.
- () O descumprimento de recursos obrigatórios previstos no Plano Diretor pode ensejar indeferimento do alvará de construção ou aplicação de sanções administrativas, conforme previsão do Código de Obras.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência **CORRETA** de cima para baixo.

- (A) F – F – V – V.
- (B) V – V – V – F.
- (C) V – F – V – V.
- (D) V – F – F – V.
- (E) F – V – V – F.

QUESTÃO 44

Durante a reforma de um edifício público municipal, verificou-se que o acesso principal é composto exclusivamente por uma escada com três degraus, inexistindo rota acessível para pessoas com mobilidade reduzida. O arquiteto responsável propôs manter a escada e implantar uma rampa lateral como solução de adequação às normas vigentes.

Considerando os critérios técnicos estabelecidos pela ABNT NBR 9050:2020, que trata da acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) Executar rampa com largura de 1,00m, corrimão em apenas um dos lados e inclinação adequada ao desnível existente, desde que o piso seja antiderrapante.

(B) Implantar rampa com largura mínima de 1,20m, corrimãos em ambos os lados, observância dos limites máximos de inclinação previstos em norma e conexão contínua com a rota acessível do edifício.

(C) Construir rampa com largura mínima de 1,20m, dispensando corrimãos quando o desnível for pequeno, desde que haja sinalização visual contrastante.

(D) Manter a escada como acesso principal e implantar rampa em acesso secundário com largura mínima de 0,90m, desde que devidamente sinalizada.

(E) Substituir a rampa por equipamento de transporte vertical, ainda que exista viabilidade técnica para execução de solução em plano inclinado.

QUESTÃO 45

A discussão contemporânea sobre acessibilidade ultrapassa o atendimento mínimo às exigências normativas e passa a integrar o próprio processo conceitual do projeto arquitetônico.

Termos como acessibilidade, inclusão e desenho universal são frequentemente utilizados como sinônimos, embora possuam distinções conceituais relevantes no campo teórico e profissional.

Relacione os conceitos da **Coluna I** às definições apresentadas na **Coluna II**.

Coluna I

- 1 - Arquitetura acessível.
- 2 - Arquitetura inclusiva.
- 3 - Desenho universal.
- 4 - Adaptação arquitetônica.

Coluna II

() Estratégia projetual que busca conceber espaços utilizáveis pelo maior número possível de pessoas, sem necessidade de modificações posteriores.

() Intervenção realizada em ambiente já existente para adequá-lo a necessidades específicas que não foram consideradas na concepção original.

() Abordagem que integra diversidade humana como premissa do projeto, promovendo autonomia, segurança e participação social.

() Conjunto de soluções espaciais e dimensionais que asseguram o cumprimento de parâmetros técnicos mínimos para circulação e uso por pessoas com mobilidade reduzida.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência **CORRETA**, de cima para baixo.

(A) 3 – 4 – 2 – 1.

(B) 3 – 2 – 4 – 1.

(C) 2 – 4 – 3 – 1.

(D) 1 – 3 – 2 – 4.

(E) 4 – 3 – 1 – 2.

QUESTÃO 46

O zoneamento urbano é instrumento estruturante da política de desenvolvimento municipal, sendo responsável por disciplinar o uso e a ocupação do solo por meio da definição de parâmetros como coeficiente de aproveitamento, taxa de ocupação, taxa de permeabilidade, gabarito, recuos e classificação de usos.

A Constituição Federal estabelece, em seu art. 182, que a política de desenvolvimento urbano deve ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. Em complemento, o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) dispõe que o Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana (art. 40), além de estabelecer que a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no Plano Diretor (art. 39).

Segundo publicação institucional da Agência Senado (2023), ao tratar do papel do Plano Diretor no crescimento das cidades, ressalta-se que ele constitui a principal ferramenta para organizar a expansão urbana, evitando ocupações desordenadas e promovendo equilíbrio entre moradia, infraestrutura e mobilidade urbana.

Com base no texto constitucional, na legislação federal vigente e nos conceitos técnicos aplicáveis ao zoneamento urbano, analise as alternativas a seguir e assinale a que está **INCORRETA**.

(A) O coeficiente de aproveitamento básico corresponde à relação entre a área total edificável e a área do lote, podendo o Plano Diretor estabelecer coeficiente máximo superior ao básico, mediante contrapartida financeira, por meio da outorga onerosa do direito de construir, conforme previsto nos arts. 28 a 31 do Estatuto da Cidade.

(B) A taxa de ocupação incide sobre a soma das áreas construídas em todos os pavimentos da edificação, sendo, na prática, equivalente ao coeficiente de aproveitamento quando este for igual a 1,0.

(C) O zoneamento pode impor restrições de uso em determinadas áreas por razões ambientais, patrimoniais ou estruturais, desde que tais limitações estejam previstas em lei municipal compatível com o Plano Diretor e fundamentadas no princípio da função social da propriedade.

(D) A alteração de parâmetros urbanísticos por lei municipal específica pode ocorrer sem revisão integral do Plano Diretor, desde que respeite suas diretrizes estruturantes e observe o devido processo legislativo.

(E) A fixação de taxa mínima de permeabilidade constitui instrumento de política urbana voltado à mitigação de impactos ambientais e à melhoria da drenagem urbana, podendo variar conforme a zona definida na legislação municipal.

QUESTÃO 47

Nos municípios amazônicos, a relação entre expansão urbana, preservação ambiental e qualificação dos espaços públicos exige interpretação integrada da legislação ambiental e dos instrumentos de planejamento territorial. A Lei nº 12.651/2012 (Código Florestal) define, em seu art. 3º, inciso II, as Áreas de Preservação Permanente (APPs) como áreas protegidas, cobertas ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar recursos hídricos, a estabilidade geológica, a biodiversidade e assegurar o bem-estar das populações humanas.

Reportagens do G1 Amapá têm destacado que municípios do estado enfrentam desafios relacionados à ocupação irregular de margens de rios e à necessidade de implantação de parques urbanos que conciliam lazer, preservação ambiental e ordenamento do solo.

No contexto de um município como Mazagão/AP, marcado por áreas ribeirinhas e expansão urbana gradual, o Poder Público pode avaliar intervenções em áreas ambientalmente sensíveis para implantação de equipamentos públicos ou espaços de uso coletivo.

Com base no texto e na legislação ambiental vigente, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) As Áreas de Preservação Permanente situadas em zona urbana deixam de cumprir função ambiental, podendo ser convertidas em parques ou praças mediante decisão administrativa municipal.

(B) A criação de parque urbano em área ambientalmente sensível autoriza automaticamente a supressão de vegetação nativa, desde que o projeto tenha finalidade recreativa.

(C) Espaços públicos urbanos possuem finalidade exclusivamente social e recreativa, não sendo considerados instrumentos indiretos de proteção ambiental.

(D) A intervenção em Área de Preservação Permanente pode ser admitida em hipóteses excepcionais previstas na legislação, como utilidade pública, interesse social ou atividade de baixo impacto ambiental, desde que observados os requisitos técnicos e legais.

(E) A simples existência de ocupação urbana consolidada afasta a incidência das normas de proteção ambiental previstas para APPs, dispensando análise técnica específica.

QUESTÃO 48

Foi firmado contrato para construção de uma Unidade Básica de Saúde com área total de 450m². O valor global contratado é de R\$900.000,00, obtido a partir de orçamento analítico com composição de custos unitários, incidência de encargos sociais, aplicação de BDI e cronograma físico-financeiro previamente aprovado.

O prazo total de execução é de 6 meses, com a seguinte previsão acumulada de execução física:

- 1º mês: 10%.
- 2º mês: 25%.
- 3º mês: 45%.
- 4º mês: 65%.
- 5º mês: 85%.
- 6º mês: 100%.

Ao final do 3º mês, a fiscalização constatou que a execução física acumulada atingiu apenas 35% do total da obra. Ainda assim, a contratada apresentou medição correspondente a 45% do valor global.

Considerando os princípios do planejamento e controle de obras, bem como a compatibilização entre avanço físico e desembolso financeiro, analise as assertivas a seguir:

I. O cronograma físico-financeiro estabelece a correlação entre etapas executadas e valores a serem pagos, não sendo admissível a liberação de recursos por serviços não executados.

II. O percentual acumulado previsto para o 3º mês (45%) corresponde a R\$405.000,00 do valor contratual.

III. Diante da execução física de 35%, o valor máximo passível de medição ao final do 3º mês seria de R\$315.000,00.

IV. A divergência entre execução física e execução financeira pode indicar falha no planejamento ou na gestão da obra, exigindo análise técnica e eventual reprogramação formal do cronograma.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- (B) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- (C) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
- (D) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
- (E) Todas as assertivas estão corretas.

QUESTÃO 49

O exercício profissional do arquiteto e urbanista é regulamentado pela Lei nº 12.378/2010, que instituiu o Conselho de Arquitetura e Urbanismo e disciplinou a responsabilidade técnica no âmbito da profissão.

A legislação estabelece que o exercício profissional depende de registro no Conselho competente e da formalização do Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) para cada atividade técnica desenvolvida. O Código de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil dispõe que o arquiteto deve atuar com competência, diligência, independência técnica e responsabilidade social.

Considerando o regime jurídico da responsabilidade profissional, suas esferas de incidência e os deveres éticos inerentes à atuação do arquiteto, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) A responsabilidade técnica do arquiteto pode coexistir com vínculo empregatício, não sendo automaticamente transferida ao empregador pelo simples fato da subordinação contratual.
- (B) A emissão do RRT vincula formalmente o profissional à atividade técnica declarada, permitindo a identificação do responsável perante o Conselho e a sociedade.
- (C) A responsabilização civil do arquiteto depende exclusivamente da comprovação de dolo, não sendo suficiente a demonstração de culpa por imperícia, imprudência ou negligência.
- (D) A infração ética pode ocorrer mesmo na ausência de dano material, bastando a violação dos deveres previstos no Código de Ética profissional.

(E) O exercício da profissão sem registro no CAU configura irregularidade sujeita a sanções administrativas, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

QUESTÃO 50

Com base nas definições técnicas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), especialmente conforme a ABNT NBR 16636-1, que trata da elaboração e desenvolvimento de projetos arquitetônicos, analise as assertivas abaixo assinalando (V), se verdadeira ou (F), se falsa.

- () O estudo preliminar é a etapa em que se consolida a solução arquitetônica escolhida, com definição de sistemas construtivos e informações suficientes para aprovação junto aos órgãos competentes.
- () O anteprojeto corresponde ao desenvolvimento da proposta escolhida no estudo preliminar, apresentando maior nível de detalhamento técnico e definição espacial da edificação.
- () O projeto legal é elaborado com a finalidade de atender às exigências da legislação urbanística e edilícia vigente, sendo destinado à aprovação perante os órgãos públicos competentes.
- () O projeto executivo apresenta o detalhamento completo da obra, com especificações técnicas, memoriais e informações suficientes para a correta execução da edificação.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência **CORRETA** de cima para baixo:

- (A) F – V – V – V.
- (B) V – V – F – V.
- (C) F – V – F – V.
- (D) V – F – V – V.
- (E) F – F – V – V.

QUESTÃO 51

Um município brasileiro identificou a existência de um núcleo urbano informal consolidado há mais de dez anos, ocupado predominantemente por famílias de baixa renda, situado em área classificada no Plano Diretor como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS).

A área apresenta infraestrutura básica parcialmente implantada (rede de energia elétrica e abastecimento de água), porém sem registro imobiliário individualizado dos lotes. Diante desse cenário, o Poder Público municipal iniciou procedimento administrativo visando à regularização fundiária do núcleo, com a intenção de promover segurança jurídica aos ocupantes e possibilitar a posterior implementação de melhorias urbanísticas.

À luz da legislação federal aplicável à regularização fundiária urbana e à política habitacional, analise as alternativas a seguir e assinale a **CORRETA**.

(A) A regularização somente poderá ocorrer mediante prévia desapropriação da área pelo Município, ainda que o proprietário manifeste concordância com a permanência dos ocupantes.

(B) A titulação dos ocupantes depende necessariamente da quitação prévia de todos os tributos incidentes sobre o imóvel, independentemente da modalidade de regularização adotada.

(C) Sendo o núcleo ocupado predominantemente por população de baixa renda, é juridicamente possível a adoção da modalidade de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social (Reurb-S), com legitimação fundiária ou outros instrumentos de titulação previstos em lei.

(D) A regularização fundiária urbana somente pode ser promovida pela União, não sendo competência do Município instaurar e conduzir procedimento administrativo dessa natureza.

(E) A classificação da área como ZEIS impede qualquer forma de titulação individual dos ocupantes, admitindo-se apenas a concessão de uso coletivo.

QUESTÃO 52

Durante a elaboração do projeto executivo de um edifício residencial multifamiliar de quatro pavimentos, o arquiteto responsável realizou a compatibilização entre os projetos elétrico, hidrossanitário e arquitetônico.

O projeto hidráulico prevê reservatório superior com capacidade de 12.000 L para atendimento de 24 unidades habitacionais, considerando consumo médio diário estimado de 150 L por habitante e ocupação média de duas pessoas por unidade.

O projeto elétrico estabelece circuito exclusivo para chuveiros elétricos de 5.500 W em tensão de 220 V.

Considerando as diretrizes técnicas previstas na ABNT NBR 5626, da ABNT NBR 8160 e na ABNT NBR 5410, aponte as alternativa **INCORRETA**.

(A) A capacidade do reservatório superior pode ser considerada insuficiente, pois o consumo diário estimado da edificação ultrapassa 7.000 L, devendo ainda ser observada reserva técnica mínima para combate a incêndio quando exigida pela legislação local.

(B) Para um chuveiro elétrico de 5.500 W em 220 V, a corrente nominal aproximada será de 25 A, exigindo circuito exclusivo e dimensionamento de condutores e dispositivos de proteção compatíveis com essa corrente.

(C) O sistema de esgoto sanitário deve operar, preferencialmente, por escoamento por gravidade, com adequada ventilação da rede, a fim de evitar rompimento do fecho hídrico dos desconectores.

(D) A interligação direta entre a rede pública de abastecimento de água e o reservatório superior, sem dispositivo de interrupção atmosférica ou proteção contra refluxo é admitida desde que haja registro de gaveta instalado antes da entrada no reservatório.

(E) O dimensionamento do volume do reservatório deve considerar o consumo estimado da edificação e critérios de segurança e regularidade de abastecimento, não sendo recomendável adotar volume inferior ao necessário para suprir o consumo diário previsto.

QUESTÃO 53

A crescente adoção de certificações ambientais em empreendimentos imobiliários brasileiros decorre não apenas de estratégias de marketing, mas também de exigências de mercado, diretrizes de desempenho e políticas públicas voltadas à eficiência energética e à redução de impactos ambientais.

Revistas técnicas da área da construção civil frequentemente destacam que certificações ambientais influenciam decisões de projeto desde as fases iniciais, impactando escolha de materiais, consumo hídrico, eficiência energética e qualidade ambiental interna.

Considerando as características e diretrizes dos principais sistemas de certificação utilizados no Brasil — como o *Leadership in Energy and Environmental Design (LEED)*, o *AQUA-HQE* e o *EDGE* — analise as assertivas a seguir.

I. O LEED é um sistema de certificação internacional baseado em categorias de desempenho ambiental, no qual o empreendimento acumula pontos conforme estratégias adotadas, podendo atingir diferentes níveis de certificação.

II. O AQUA-HQE possui adaptação à realidade brasileira e avalia o empreendimento a partir de categorias relacionadas à gestão do processo e ao desempenho ambiental do edifício.

III. O EDGE é uma certificação que exige, como critério mínimo, redução comprovada de pelo menos 20% no consumo de energia, água e energia incorporada em materiais, quando comparado a um edifício de referência.

IV. A obtenção de certificação ambiental substitui automaticamente a necessidade de atendimento às normas técnicas brasileiras de desempenho e eficiência energética.

V. Certificações ambientais podem influenciar a valorização imobiliária e a redução de custos operacionais ao longo do ciclo de vida da edificação.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) Apenas I, II e III estão corretas.
- (B) Apenas I, II, III e V estão corretas.
- (C) Apenas II e IV estão corretas.
- (D) Apenas I, III, IV e V estão corretas.
- (E) Todas as assertivas estão corretas.

QUESTÃO 54

Um Município está revisando seu Plano Diretor e pretende utilizar ferramentas de geoprocessamento e Sistemas de Informação Geográfica (SIG) para mapear áreas de expansão urbana, identificar ocupações em Áreas de Preservação Permanente (APP) e analisar a distribuição de infraestrutura pública.

Durante audiência pública, foi apresentado relatório técnico afirmando que o uso de bases cartográficas georreferenciadas e análises espaciais permite maior precisão na delimitação de zonas urbanas, na definição de parâmetros de uso e ocupação do solo e no monitoramento da função social da propriedade.

Considerando as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 10.257 (Estatuto da Cidade) e pela Lei nº 12.651 (Código Florestal), assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) O uso de SIG no planejamento urbano é facultativo e incompatível com a elaboração do Plano Diretor, pois a legislação exige exclusivamente levantamento cadastral físico e presencial.
- (B) A utilização de geoprocessamento pode auxiliar na identificação de APPs em área urbana, mas não possui relevância jurídica para a definição de instrumentos da política urbana.
- (C) A aplicação de SIG no planejamento urbano contribui para a gestão territorial ao permitir a espacialização de dados socioambientais, apoiando a definição de zoneamentos e o cumprimento da função social da propriedade.
- (D) O mapeamento digital de áreas urbanas substitui automaticamente a necessidade de registros cartoriais e do cadastro imobiliário municipal.
- (E) A análise espacial por meio de SIG somente pode ser utilizada para fins ambientais, não sendo admitida para definição de parâmetros urbanísticos.

QUESTÃO 55

Artigos técnicos publicados em revistas especializadas da construção civil destacam que a eficiência energética em edificações verdes não depende apenas da incorporação de tecnologias de geração de energia, mas principalmente de decisões projetuais adotadas desde as fases iniciais.

Estudos apontam que estratégias passivas, como orientação solar adequada, sombreamento, ventilação natural e especificação correta de materiais, podem reduzir significativamente a demanda energética da edificação ao longo de sua vida útil.

Considerando esse contexto, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) A eficiência energética em edificações verdes depende exclusivamente da instalação de sistemas fotovoltaicos e equipamentos de climatização de alto rendimento, sendo secundárias as decisões de implantação e volumetria.
- (B) Estratégias passivas de projeto, quando corretamente aplicadas, podem reduzir a carga térmica da edificação e, conseqüentemente, diminuir a necessidade de sistemas mecânicos de climatização.
- (C) A adoção de fachadas totalmente envidraçadas, independentemente da orientação solar, tende a melhorar o desempenho energético por maximizar a iluminação natural.
- (D) A eficiência energética está relacionada apenas ao consumo de energia elétrica, não abrangendo impactos associados ao ciclo de vida dos materiais empregados.
- (E) Edificações verdes priorizam exclusivamente o desempenho ambiental, mesmo que isso implique aumento permanente e inevitável dos custos operacionais.

QUESTÃO 56

A incorporação dos princípios da sustentabilidade ao planejamento urbano e à prática arquitetônica tem sido constantemente relacionada à Organização das Nações Unidas (ONU) por meio da Agenda 2030, que estabelece os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Reportagens especializadas na área de urbanismo destacam que municípios brasileiros vêm alinhando seus Planos Diretores e políticas habitacionais a esses objetivos, especialmente no que se refere à redução das desigualdades territoriais, eficiência energética e promoção de cidades resilientes.

Associe corretamente os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável às aplicações mais diretamente relacionadas à prática arquitetônica e ao planejamento urbano.

- 1 - ODS 7 – Energia Acessível e Limpa.
- 2 - ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.
- 3 - ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.
- 4 - ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.

() Incentivo à eficiência energética em edificações e ampliação do uso de fontes renováveis no ambiente construído.

() Promoção de mobilidade urbana sustentável, planejamento territorial inclusivo e redução do déficit habitacional.

() Implementação de soluções construtivas resilientes e estratégias de mitigação de emissões de gases de efeito estufa no setor da construção.

() Estímulo à modernização de infraestrutura urbana e adoção de tecnologias construtivas inovadoras.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência **CORRETA**, de cima para baixo:

- (A) 1 – 3 – 4 – 2.
- (B) 1 – 4 – 3 – 2.
- (C) 2 – 3 – 4 – 1.
- (D) 3 – 1 – 4 – 2.
- (E) 1 – 3 – 2 – 4.

QUESTÃO 57

Um Município pretende licitar a construção de uma escola pública de ensino fundamental. Para tanto, elaborou estudo técnico preliminar, definiu anteprojeto de arquitetura e pretende adotar regime de contratação compatível com a complexidade da obra.

Durante reunião interna, surgiram dúvidas quanto às modalidades, critérios de julgamento e responsabilidades contratuais previstas na Lei nº 14.133/2021.

Considerando as disposições da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, assinale a alternativa **INCORRETA**.

(A) A fase preparatória da licitação deve ser devidamente planejada, incluindo estudos técnicos preliminares, definição do objeto e estimativa de custos, como forma de assegurar a viabilidade da contratação.

(B) O critério de julgamento por menor preço pode ser adotado para obras e serviços de engenharia, desde que o objeto esteja suficientemente definido e não comprometa a qualidade da execução.

(C) O regime de contratação integrada admite que o contratado seja responsável pela elaboração e pelo desenvolvimento dos projetos básico e executivo, a partir de anteprojeto fornecido pela Administração.

(D) A Administração Pública pode exigir garantia contratual do vencedor da licitação, observados os limites percentuais estabelecidos na lei.

(E) Uma vez celebrado o contrato administrativo para obra pública, a alteração unilateral do contrato pela Administração é vedada em qualquer hipótese, devendo toda modificação depender de concordância expressa do contratado.

QUESTÃO 58

Durante fiscalização em um canteiro de obras de edifício residencial com três pavimentos, constatou-se que trabalhadores realizavam atividades em altura superior a dois metros sem a utilização de cinto de segurança tipo paraquedista.

O responsável técnico argumentou que a obra era de pequeno porte e que os operários possuíam experiência suficiente para executar o serviço com segurança.

À luz das normas regulamentadoras aplicáveis à construção civil, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A exigência de medidas de proteção contra quedas se aplica apenas a obras de grande porte.

(B) A experiência do trabalhador pode substituir o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), desde que haja supervisão técnica.

(C) O empregador é responsável por fornecer gratuitamente os EPIs adequados ao risco e exigir seu uso, cabendo ao trabalhador utilizá-los conforme orientação recebida.

(D) O uso de cinto de segurança é facultativo quando a atividade em altura for de curta duração.

(E) A responsabilidade pelo uso do EPI é exclusivamente do trabalhador.

QUESTÃO 59

A história da arquitetura e do urbanismo não se limita à sucessão de estilos formais, mas envolve transformações profundas na maneira de compreender o papel do arquiteto, da cidade e da própria produção do espaço.

Do humanismo renascentista ao urbanismo moderno e às críticas do século XX, consolidaram-se diferentes matrizes teóricas que redefiniram conceitos como projeto, função, memória e vida urbana.

Considerando esse percurso histórico-conceitual, analise as assertivas abaixo assinalando (V), se verdadeira ou (F), se falsa.

() A formulação teórica renascentista, particularmente em *Alberti*, contribui para afirmar a arquitetura como atividade intelectual autônoma, distinguindo concepção projetual e execução construtiva.

() O urbanismo moderno defendido por *Le Corbusier* valoriza a continuidade morfológica das cidades históricas e preserva a rua tradicional como núcleo estruturador da vida coletiva.

() Para *Aldo Rossi*, a cidade deve ser interpretada como construção histórica coletiva, na qual determinados elementos urbanos persistem como suportes materiais da memória.

() *Jane Jacobs* critica o urbanismo funcionalista ao argumentar que a vitalidade urbana depende da diversidade de usos, da densidade equilibrada e da presença ativa de pessoas no espaço público.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência **CORRETA** de cima para baixo:

(A) V – F – V – V.

(B) V – V – F – V.

(C) F – F – V – V.

(D) V – F – F – V.

(E) F – V – V – F.

QUESTÃO 60

Um município brasileiro, em processo de expansão urbana acelerada, aprovou um novo loteamento residencial de interesse social em área periférica, distante dos principais polos de emprego e serviços públicos.

O projeto foi autorizado sem previsão de integração ao transporte coletivo existente e sem diretrizes específicas de mobilidade ativa.

Considerando os princípios da política urbana e da mobilidade urbana no Brasil, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A aprovação do loteamento é válida, pois a política habitacional pode ser planejada de forma independente da política de mobilidade urbana.

(B) A legislação urbana brasileira estabelece que a expansão urbana deve observar a função social da cidade, incluindo a integração entre uso do solo, habitação e sistemas de mobilidade.

(C) A exigência de integração com transporte coletivo se aplica apenas a empreendimentos privados de grande porte.

(D) A localização periférica de habitações de interesse social não possui relevância jurídica, desde que o projeto atenda aos parâmetros construtivos mínimos.

(E) A política de mobilidade urbana se restringe à organização do tráfego de veículos automotores, não abrangendo planejamento territorial.